

O que dizem os candidatos

Maluf:
reserva de mercado
só se for
temporária.



Tancredo:
contra a submissão
ao Conselho de
Segurança Nacional.



Todas as atividades econômicas devem subordinar-se às regras do mercado, inclusive o setor de informática. A afirmação foi feita ontem pelo deputado Paulo Maluf (PDS-SP), ao depor perante a comissão mista do Congresso que examina o projeto oficial de regulamentação da matéria. O candidato à sucessão do general Figueiredo praticamente se colocou contra a reserva de mercado: de um lado, disse que a reserva teria de ser temporária; de outro, afirmou que esta reserva não pode impedir a entrada de novos concorrentes, em benefício de minorias "cartoriais".

Quanto a esta, admitiu, no entanto, que sendo uma indústria nova e extremamente importante, inclusive para a segurança nacional, deveria merecer tratamento especial sob a forma de incentivos fiscais e creditícios, verbas a fundo perdido destinadas à pesquisa em larga escala e reserva de mercado por tempo determinado, "pois o mundo não tem fronteiras e esta indústria terá que caminhar sozinha no futuro". O candidato do PDS ressaltou, no entanto, que esta reserva de mercado não poderia, de forma alguma, levar a um pequeno condomínio de privilegiados que seriam os beneficiários da reserva de mercado, que nesta eventualidade não se daria em favor do País, mas "de um pequeno grupo cartorial".

Salientou que não é fácil a transposição da defasagem tecnológica que separa os países desenvolvidos do Terceiro Mundo, "pois as pesquisas do setor se encontram nos países de alta renda". E previu que as dificuldades não serão facilmente superáveis, "pois as limitações sociais, culturais, econômicas e políticas tendem a agravar a relativa indigência dos países pobres neste campo".

— Será virtualmente impossível a nações como o Brasil satisfazer as aspirações de progresso se se contentarem em suprir a falta de base científica necessária através da simples importação, cópia ou adaptação da tecnologia concedida para ser aplicada em outro universo sócio-econômico — disse ele.

Uma política realista de informática não pode pretender reinventar o que já foi descoberto, mas também não ignorar o que já foi feito e a partir daí, criar nosso próprio arsenal científico e tecnológico. Em última análise — disse Paulo Maluf —, temos de conciliar dois objetivos: de um lado, criar essa tecnologia que deve ser aplicável a nossa realidade, mas também lutar para conseguir tecnologia competitiva a nível mundial.

Quanto à participação do Estado neste processo, disse o candidato do PDS: "Não lhe cabe assumir, direcionar, controlar e financiar sozinho esse universo da pesquisa científica e tecnológica, mas incentivá-la através do apoio à universidade".

Projeto pode passar por decurso de prazo

O projeto que institui a política nacional de informática "corre o sério risco de ser aprovado como está por decurso de prazo", segundo afirmou ontem em Porto Alegre o presidente regional da Sociedade de Usuários de

Computadores e Equipamentos Subsidiários (Sucesu) do Rio Grande do Sul, Newton Braga Rosa. Ele acha que talvez não haja tempo para a comissão mista examinar todas as mais de 200 emendas que lhe foram apresentadas, e muito menos para modificar o

teor do texto original de acordo com uma rigorosa e coerente seleção dessas emendas. Braga considera "perigoso" o texto original do projeto do Executivo, porque "é muito autocrático, concedendo poderes demais ao próprio Executivo". Para o presidente

regional da Sucesu é fundamental que a escolha do secretário executivo e do presidente do Conselho Nacional de Informática seja referendada pelo Senado. Braga defendeu a reserva de mercado para a indústria nacional de mini e microcomputadores.

— Não seremos um país socialmente justo, um país com justa distribuição de renda, se não criarmos, em diversos setores da economia nacional, tecnologia adequada às nossas realidades, e isto é válido para a informática e, por extensão, para a microeletrônica, para a automação, para a robótica, para a telemática; assim, o processamento, a reprodução, o armazenamento, a transmissão a distância de dados e textos terão papel fundamental nos campos da educação, cultura, entretenimento e da própria unidade nacional.

A velocidade da inovação tecnológica no setor da informática foi também salientada pelo candidato do PDS, que advertiu quanto aos riscos de uma tecnologia nacional permanentemente ultrapassada.

Reserva de mercado

Instado a conceituar o que entende por reserva de mercado, Maluf disse que entende que as indústrias desejosas de operar no setor sejam estimuladas sob todos os aspectos, não se lhes reconhecendo o direito, no entanto, de "fechar" o setor a outros concorrentes.

Quanto à importação de tecnologia, esta poderá ser captada através do pagamento de royalties, da vinda de técnicos estrangeiros, ou da contratação de tecnologia através de desenhos para fabricação de equipamentos e produtos.

As joint-ventures não chegam a ser uma garantia de avanço técnico, pois o negócio pode ser bem-sucedido ou não, "mas estou convencido de que a transferência de tecnologia pode ocorrer, igualmente, através de joint-venture com a tecnologia sendo repassada sob a forma de capital minoritário transformado em ações nominativas ao portador".

Quanto à coexistência de tecnologia de ponta com outra superada, o candidato disse que em determinados setores de atividades não há necessidade, necessariamente, de tecnologia de última geração, "a quarta onda que já vai surgindo". E citou entre estes setores a agricultura, a construção civil e a prestação de serviços, lembrando, ainda, que equipamentos que não primam por excessiva sofisticação podem ser adquiridos por muitos países do Terceiro Mundo. Isto, a seu ver, permitiria a coexistência de diferentes estágios de tecnologia, destinados a diferentes tipos de consumidores.

Considerada a importância do setor de informática, Maluf entende que a política no setor deve ficar diretamente subordinada à Presidência da República.

Com relação ao projeto de informática em tramitação no Congresso, Maluf disse que, se a comissão mista acolher o substitutivo do senador Virgílio Távora, ele votará a favor.

**Os jornalistas
começam a descobrir
seu novo instrumento
de trabalho:
o computador.**

Com o objetivo de ajudar os jornalistas a se prepararem para a revolução profissional que se instalará na categoria com a entrada das novas tecnologias da informática nas redações de jornais e revistas, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo inicia, nesta terça-feira, dia 18, uma série de cursos voltados especificamente para o aperfeiçoamento e a reciclagem profissional de seus associados.

Mais de cem jornalistas já se inscreveram para os cursos, que serão dados com a colaboração de empresas nacionais da área de informática. As duas primeiras turmas, cada uma com 11 alunos, já estarão funcionando esta semana, no Centro Educacional da Itautec, onde os jornalistas terão os primeiros contatos com um microcomputador e aprenderão como escrever e editar um texto diretamente num terminal de vídeo.

Com essa iniciativa do Sindicato, os jornalistas de São Paulo se tornam uma das primeiras categorias profissionais a buscar o contato direto com a revolução da informática, demonstrando o seu interesse em se manterem atualizados e prontos para receberem os novos instrumentos de trabalho à medida que os planos de modernização das empresas jornalísticas forem sendo colocados em prática.

A abertura dos cursos será amanhã, às 20h30, na sede do Sindicato, com palestras do jornalista Ethevaldo Siqueira, da Revista Nacional de Telemática, e do subsecretário da SEI, Ricardo Maciel. Esta aula inaugural será aberta a todos os interessados. E as inscrições para os cursos continuam abertas na sede do Sindicato, telefone — 256-7191, com Arlete.



A reserva de mercado de informática deve ser mantida, só que sob o controle democrático da sociedade, inclusive através de representantes do setor privado. Esta posição foi defendida ontem pelo provável sucessor do general Figueiredo na Presidência da República, Tancredo Neves, ao falar na comissão mista do Congresso que examina o projeto oficial sobre a matéria. Tancredo prometeu que, se eleito, estudará a conveniência de criar um Ministério de Cultura, Ciência e Tecnologia, que cuidaria de dar mais apoio ao setor de computação.

Tancredo Neves condenou a submissão do setor ao Conselho de Segurança Nacional, prevista no projeto, apresentando uma outra fórmula: a informática ficaria diretamente subordinada à Presidência da República e haveria um Conselho Nacional de Informação, integrado por pessoas da área privada e do governo, cujo presidente seria indicado pelo chefe do Estado e ratificado pelo Senado. Ao lado desse conselho, funcionariam órgãos executores da política de informática.

Para o candidato da Aliança Democrática, caberia ao Congresso a elaboração do Plano Nacional de Informática. Ele insistiu em que os deputados e senadores não podem abrir mão dessa prerrogativa, e assinou não aceitar a delegação ampla de poderes conferida à SEI pelo projeto. Mas ponderou que esse órgão pode ter a competência da fiscalização da política.

Tancredo Neves também discordou da definição de empresa nacional dada pela proposição governamental, destacando que, para uma caracterização que não dê margem a dúvidas, deve ficar claro que o controle brasileiro precisa ser exercido em três níveis: decisório, tecnológico e de capital. Disse ainda que os oito anos previstos para a reserva devem ser vistos como tempo mínimo, observando que o comportamento do setor indicará ou não solução diferente.

Em sua primeira manifestação nitidamente nacionalista desde que iniciou sua campanha presidencial, Tancredo Neves fez alusão ao segundo governo de Getúlio Vargas: "Tivemos, em nosso passado, exemplos de mobilização popular em defesa da economia nacional, como a campanha do petróleo é nosso. Entretanto, se um país tivesse seus recursos petrolíferos controlados por empresas estrangeiras, ainda assim poderia reverter esse processo de submissão, como os fatos se encarregaram de demonstrar em tantas ocasiões".

E salientou a necessidade de a sociedade controlar o setor. "Mas o desenvolvimento da tecnologia da informática, sem o controle democrático e nacional, permitirá um nível de domínio sobre a vida da sociedade sem nenhum horizonte visível de libertação".

Concluiu a parte lida de sua exposição afirmando: "Vive assim o Congresso o momento histórico de elaboração de uma lei que seja, ao mesmo tempo, instrumento de resguardo dos direitos dos cidadãos, das liberdades democráticas, da soberania nacional e da cultura do povo. Será ela a pedra angular da construção desse projeto que, sendo nacional, nos fará partícipes do moderno e do universal".

Tancredo Neves fez sua exposição em pouco mais de 15 minutos e, nas duas horas e meia subsequentes, debateu o assunto com deputados e senadores. O primeiro a inquirir-lo foi o senador Roberto Campos (PDS-MT). O deponente defendeu a SEI, sustentando que negar sua importância é ignorar as evidências, os fatos, as estatísticas e

os números, pois de fato colaborou para o desenvolvimento do setor. Disse que o espírito da reserva de mercado é a defesa da tecnologia nacional e é fator de segurança nacional.

Autonomia

Admitiu que a reserva pode retardar o desenvolvimento tecnológico, mas asseverou que vale a pena correr o risco porque, do contrário, o País jamais terá autonomia. Rejeitou a tese de Roberto Campos de que os países que aderiram à reserva não progrediram satisfatoriamente, observando que comparações com os Estados Unidos ou com países da Ásia e do Extremo Oriente não servem para o Brasil. Finalmente, admitiu empresas mistas para o setor, desde que com maioria de capital nacional, observando, apenas, que as empresas estrangeiras não têm o menor interesse nisso.

Respondendo ao senador Carlos Chierelli (PDS-RS), afirmou que os objetivos da política de informática não serão atingidos sem o mínimo de oito anos de reserva e, ao debater sobre o risco de perda da privacidade da cidadã, afirmou que o perigo existe mas poderá ser contornado por uma lei. Considerou normais as pressões das multinacionais, mas pediu confiança nos homens públicos que a elas vêm resistindo. Disse ainda que, entre a automação e o emprego, daria prioridade ao segundo, embora "não possamos prescindir das vantagens de ordem técnica".

Ao deputado José Jorge (PDS-PE), o candidato garantiu que o Fundo Nacional de Informática, desde que bem administrado, representará uma respeitável contribuição não apenas para as empresas como também para as universidades.

Depois de colocar para o senador Severo Gomes (PMDB-SP) que o dilema do País é resistir às pressões ou associar-se às multinacionais, o candidato da Aliança Democrática disse que a primeira opção é a preferência dos técnicos, dos cientistas e dos políticos que pregam o domínio tecnológico: "Sabemos que a informática no mundo de hoje abre perspectivas de tal profundidade, que, dentro em breve, o país sem sintonia tecnológica será marginalizado. O Brasil deve situar-se no mesmo nível das nações civilizadas".

Além disso, frisou que a SEI preparou técnicos em nível médio e superior, enquanto as multinacionais apenas se preocuparam com um pessoal para a conquista do mercado, "pois a elas só interessa o mercado, enquanto, para nós, interessa a tecnologia. Qualquer que seja o obstáculo, temos de lutar por uma Nação autônoma".

Ao responder à deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), o candidato asseverou que a história da soberania da informática brasileira consignará, sem qualquer dúvida, seu nome. Disse que o assunto transcende a vida econômica e atinge a soberania nacional, admitindo então a criação de um ministério para o setor: "Todas as molduras estão aquém de sua importância. Examinaria a criação de um ministério, englobando também outras matérias, como a cultura, a ciência e a tecnologia, que se inserem bem nesse quadro. Vamos ver como vai funcionar a informática depois da legislação. Talvez saia desse limbo para uma posição mais destacada, merecendo um ministério".

Finalmente, sugeriu à comissão o máximo de cuidado no exame do projeto, enfatizando que a informática, como política, não pode fugir das mãos do Congresso e, por sua importância, deve subordinar-se à Presidência da República.